

## **COMISSÃO DE CULTURA**

### **REQUERIMENTO Nº** **(Do Sr. GIUSEPPE VECCHI)**

Requer a realização, no âmbito da Subcomissão de Fontes de Financiamento para a Cultura, da Comissão de Cultura, de Seminário Nacional para debater fontes de financiamento para a Cultura, assim como a disseminação da cultura e a indústria criativa no Brasil.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos do art. 24, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados(RICD), a realização, no âmbito da Subcomissão de Fontes de Financiamento para a Cultura, da Comissão de Cultura, de Seminário Nacional de Fontes de Recursos para a Cultura e Políticas Culturais, para debater fontes de financiamento para a Cultura; políticas culturais e disseminação da cultura: os pontos de cultura e os programas do Ministério da Cultura; a indústria criativa no Brasil e o Sistema de Informações e Indicadores Culturais.

Para tanto, sugere-se que o seminário conte com a presença de entidades e atores relevantes para o aprofundamento dos temas e que poderão ser sugeridos pelas Sras. e Srs. membros da Comissão de Cultura.

Propomos, ainda, que, para a abertura do evento sejam convidados o Sr. Ministro de Estado da Cultura e os Srs. Presidentes da

Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados (CCult) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

## JUSTIFICAÇÃO

Os principais mecanismos de financiamento das políticas culturais são os **recursos do Tesouro Nacional**, que constituem o orçamento ordinário do Ministério da Cultura (MinC), os recursos arrecadados à conta do **Fundo Nacional de Cultura (FNC)** e os **incentivos fiscais**, operacionalizados pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, conhecida como *Lei Rouanet*, sendo esta última a maior de todas as fontes para a cultura. Está, em debate no Senado Federal, sua substituição pelo chamado *Procultura*.

Há outras possibilidades que podem ser exploradas, como o Procult, Programa do BNDES de financiamento a projetos de investimentos e planos de negócio das empresas atuantes nas cadeias produtivas da economia da cultura, tais como audiovisual, editorial, música, jogos eletrônicos e artes visuais e performáticas. Da mesma forma, eventual política de microcrédito ou incentivo ao chamado “crowdfunding” pode constituir novas e importantes fontes de financiamento.

Assim, acreditamos que um seminário nacional pode traçar o cenário e as estratégias para o desenvolvimento de mecanismos de financiamento da política cultural.

A Subcomissão, embora trate do financiamento, deve lidar com os objetivos a serem perseguidos pelo financiamento, isto é, tratar não apenas dos meios, mas também dos fins. Neste sentido propõe-se a discussão de um amplo painel da política cultural no Brasil.

No que se refere à disseminação da cultura, o programa Cultura Viva tem obtido sucesso em seu objetivo de reforçar o protagonismo e potencializar as iniciativas locais e dar espaço e reconhecimento à rica diversidade cultural brasileira.

Finalmente, para completar o painel acerca das políticas

culturais, é importante verificar as necessidades em relação ao aprimoramento dos indicadores e coleta de informações sobre o setor cultural brasileiro, assim como o mapeamento da indústria criativa no país.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2015.

Deputado GIUSEPPE VECCI